

Políticos PPP

No Brasil existe um fenômeno interessante: políticos que estão dispostos a acabar com a política.

Os políticos liberais no Brasil não têm um projeto de Estado, nação ou desenvolvimento - possuem apenas planos partidários e de mandato. Tais planos visam exclusivamente exibir eficiência na desburocratização, redução de impostos e aprimoramento da gestão pública, geralmente promovida com o compartilhamento do orçamento e das decisões com entidades privadas.

Bem, é a primeira vez na história humana que políticos estão transferindo o poder decisório das instituições políticas para entes privados, aproveitando-se da altíssima complexidade da administração pública e das burocracias que a cercam para vender isso como um projeto político benéfico.

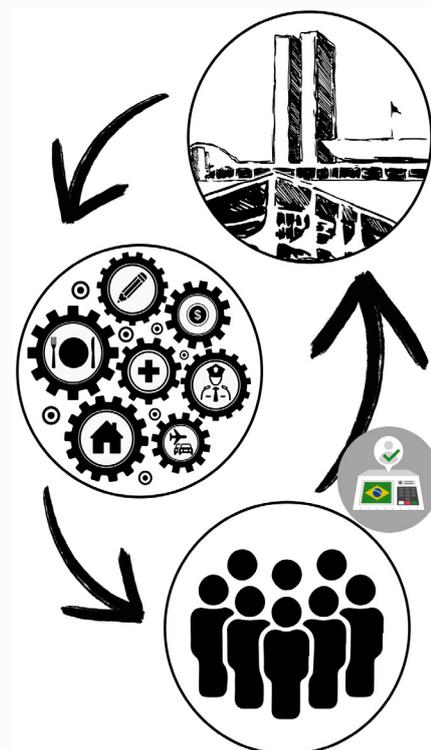
Em vez de promoverem políticas de Estado, onde os limites e efeitos de suas propostas são claros e saudáveis para a sociedade brasileira, preferem – seja por compromisso ou crença ideológica – neutralizar a política e os dispositivos institucionais do Estado.

O que vem acontecendo no Brasil nos últimos quarenta anos é o aproveitamento deliberado e sistemático da complexidade burocrática para criar, acima do governo representativo, uma nova estrutura de poder que o domina, estrangula e acaba por eliminá-lo. A maior parte das nações já vive sob o controle dessa nova estrutura global sem ter a menor consciência disso, acreditando que continua a desfrutar das garantias e dos meios de ação assegurados ao eleitor pelo antigo sistema de governo representativo, hoje reduzido a um véu de aparências tecido em torno do poder mais centralizado, abrangente e incontrolável que já existiu ao longo de toda a história humana.

Não só essa transição já aconteceu, mas foi realizada sob a proteção de um conjunto de pretextos retóricos altamente enganosos, criados para dar à população a ideia de que a mudança poderia ir no sentido de maior liberdade para os cidadãos, maior participação de todos no governo e garantias mais sólidas para a empresa privada. Todos os termos-chave dessa retórica – “governo reinventado”, “parcerias público-privadas”, “terceira via”, “descentralização” – significam precisamente o contrário do que parecem indicar à primeira vista.

Os dois diagramas que acompanham este artigo tornarão isso bastante claro. No antigo sistema representativo – anterior à fundação da ONU e distante do sistema fundado no Tratado de Versalhes –, o eleitorado escolhia o governo segundo os programas que lhe pareciam mais convenientes, e o governo eleito – executivo e parlamento – repassava esses planos aos órgãos da administração pública para que os executassem.

- Os políticos liberais brasileiros não têm um plano de desenvolvimento nacional, focam apenas em medidas de desburocratização e eficiência administrativa, frequentemente entregues à gestão privada.
- Sob o pretexto de democratização e eficiência, o modelo de governança atual descentraliza o poder estatal, entregando decisões políticas a ONGs e organismos internacionais sem controle popular.
- O Estado-nação tem sido reduzido a um mero arrecadador de impostos para entidades supranacionais, enquanto a população, sem perceber, perde gradativamente sua soberania política.



No novo sistema de "parcerias público-privadas", a administração pública é apenas uma parcela do órgão executor. A outra parcela é escolhida por entidades sobre as quais o eleitorado não tem o menor controle e das quais, às vezes, sequer tem conhecimento. Tal como apresentado em sua formulação publicitária, o novo sistema é mais democrático porque reparte a autoridade do governo com "a sociedade". Mas "a sociedade", nesse caso, não corresponde ao eleitorado, e sim a ONGs criadas sob a orientação de organismos internacionais não eletivos - ONU, UE, OMS, OMC etc. - e subsidiadas por bilionárias corporações multinacionais, cuja diretoria não é conhecida pelo público em geral. A orientação geral dessas ONGs reflete um conjunto de novas concepções socioculturais e políticas que jamais foram sequer debatidas, mas que, por meio delas, são implantadas da noite para o dia, sem que o eleitorado saiba de onde vieram. A própria velocidade das transformações é tamanha que acaba por reduzir as populações ao estado de passividade atônita necessária para tornar inviável não só qualquer reação organizada, mas até mesmo uma clara tomada de consciência sobre o que está acontecendo.

Esse sistema de terceirização da administração pública e da criação de políticas é justamente o modelo de governança da sociedade aberta, que visa transformar os Estados nacionais em coletores de impostos de um órgão mundial de administração tecnocrática. Obama nomeou esse programa de terceirização de políticas como Open Government Partnership, tendo chegado ao poder com apoio de George Soros, ferrenho defensor da sociedade aberta

Quando políticos negam-se a fazer política, é porque estão fazendo outra coisa com o poder. Muito provavelmente estão transferindo-o para alguma entidade privada, cuja futura administração lhes foi prometida por algum dono de fundação.

Esses são os políticos PPP - suas agendas se reduzem a privatização e terceirização da administração pública.

